

A saga do “pioneiro” no sertão dos “bichos do mato”: A produção do espaço no Sudoeste do Paraná e o silêncio da História

The “pioneer” trajectory in the “forest’s animals” sertão region: The production of space in the Southwest of Paraná’s State and the History’s silence

La saga de los “pioneros” en el sertão de los “bichos del bosque”: La producción del espacio en el sur oeste de Paraná y el silencio de la historia

Roberto Luiz Pocai Filho

robertopocai@hotmail.com

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: Este artigo tem por intenção descrever algumas das trajetórias da colonização do Sudoeste do Paraná, categorizado nos documentos históricos como “sertão”. Apesar de habitado por caboclos, o Sudoeste foi considerado como uma região de “vazio demográfico” pelo Estado, que favoreceu uma onda de migração à região. Ao momento em que esses migrantes vão desenvolvendo práticas capitalistas na região, ocorre também uma negação do modo de sobrevivência do caboclo. Discutindo a territorialidade e a afirmação do migrante na região, o artigo evidencia a relação desse com o “outro”, assim como a resistência das práticas sociais e culturais do caboclo na região.

Palavras-chave: Sudoeste do Paraná. Caboclos. Gaúchos. Territorialidade.

Abstract: This article has for intention to describe any trajectories of the caboclo people in the Southwest of the Paraná state categorized in the historical documents like “sertão”. The caboclo people have lived in this area but that was considered like a “demographic emptiness” region by Paraná’s State government which benefited a migration wave to the region. When these migrants developed capitalist practices, a negation of the caboclo’s people sobrevivence model has occurred. Discussing the territoriality and the affirmation of migrants in the region, this article evidences the migrant’s relation with the “other people” and the social and cultural resistance practices of caboclo people.

Keywords: Southwest of Paraná. Caboclo people. Gauchos. Territoriality.

Resumen: Este artículo tiene por intención describir algunas de las trayectorias de la colonización del sudoeste del Paraná. Categorizando en los documentos históricos como el sertão. Apesar de habitado por los caboclos, el sudoeste fue considerado como una región de vacío demográfico, por el estado que favoreció una onda de migración a la región. En el tiempo que se va desarrollando la práctica capitalista en la región,

ocorriotambiém una negacion de modo de sobrevivenciadel caboclo. Peleando a territorialidad y laafirmación de elmigrande de la region. El artigo evidencia de larelacion desse conotro. Asi como laresistencia de las praticas sociales e culturalesdel caboclo enla region.

Palabras clave: Suroeste de Paraná. Mestizos. Gauchos. La territorialidad.

Em meio às matas de araucárias do Paraná, caracterizadas por invernos rigorosos com geadas frequentes, verões quentes e chuvas também frequentes, encontramos o tal sertão do Paraná. Assim chamado pelas autoridades políticas que trocavam correspondência abordando a necessidade de sua ocupação, destacava-se como uma região marcada por uma rica biodiversidade de fauna e flora¹.

O homem branco, derrubando árvores milenares, dizimando espécies nativas, fazendo e alastrando picadas, atravessava aquelas matas até encontrar a mulher indígena. Pega a laço, via seu pai e irmãos serem assassinados, e era violentada. Desse tortuoso encontro, os laços consanguíneos geravam um ser mestiço de pele amarronzada. Com o passar dos anos, além da cor, sua pele passava a ser demarcada pela lida do mato, até ser encontrado pelos costumes trazidos pela sociedade do homem branco. Entre ser aculturado e fazer persistir os costumes dos povos da mata, o caboclo se forma por seus saberes e práticas.

Este artigo tem por objetivo analisar a formação étnica e histórica desse caboclo do Sudoeste do Paraná, seus desafios durante o processo colonial, a partir da década de 1930, por parte da “Frente Pioneira”, até o contexto atual.

Roceiros e safristas cuidam da horta, sua fonte de alimentação, ou desenvolvem roças de milho. Mateiros e sertanistas trabalham na lida com animais silvestres, como porcos-do-mato, onças e tatus, extraíndo suas peles e usufruindo de suas carnes. Posseiros e imobiliários desenvolvem e comercializam por baixo preço suas terras, sem receber nenhuma documentação do governo por terem administrado essas terras. Religiosos e curandeiros promovem um culto próprio em contato com a natureza, extraíndo dela ervas para fazer chá e desempenhar o papel da medicina popular na região.

“COR DE CUIA”: BUGREIROS, VIOLÊNCIA SEXUAL E MESTIÇAGEM - A ORIGEM DO CABOCLO NO SERTÃO DO PARANÁ

Eu não aceito nada errado
 vim lá do meio do mato,
 faço tudo direitinho,
 e a ninguém eu desacato.
 A mágoa eu não trago no peito
 inveja não tenho não
 tenho paz e muito amor
 que são coisas do sertão.

(Trecho da música “Caboclo”, de João Lopes)

A romantização da vida simples e humilde dos povos sobreviventes da terra é algo frequente na música popular. Essa representação positiva da vida do outro dedilhada nessa canção e em outras modas de viola não podem ser omitidas, mas, sim, analisadas. Assim como não podemos omitir o conseqüente e tortuoso encontro do colonizador com as povoações nativas.

Antes de falarmos sobre as trajetórias caboclas no sertão do Sudoeste do Paraná, seria interessante discutirmos a etimologia da palavra "caboclo". O termo origina-se do tupi *caa-boc*, "o que vem da floresta", ou de *kari'boca*, "filho do homem branco" (CASCUDO, 1954). Logo, na visão desse autor, o termo dialoga com o meio onde esse ser vive e com sua origem mestiça. Mas isso não é um ponto final na pesquisa, outras definições se fazem presentes e, ao invés delas nos evidenciarem uma resposta pronta, nos colocam diversas dúvidas. Antônio Cunha encontrou origens do termo caboclo, em uma etimologia controvertida, na representação de textos portugueses desde o século XVII e em textos literários do século XIX. A primeira acepção referencia caboclo como ser "semi-aculturado", e as fontes oficiais do Estado lusitano cedem a esses povos teor pejorativo e depreciativo. Desde o século XIX, a abordagem transita entre cronistas, literários e viajantes que almejavam heroicizar aquele que fora gerado nos interiores do Brasil. Entre a mestiçagem do colonizador com o indígena, "caboclo adquire a acepção, ainda viva hoje, de homem do sertão, caipira, roceiro" (CUNHA, 1978, p. 80).

Durante a década de 1970, o francês Pierre Monbeig realizou diversas incursões pelo país abordando uma Geografia mais atenta a outros elementos na paisagem, como o odor, o som, que evidenciavam formas de vida influenciadas além dos elementos sociais, como a cultura e a religião. Esse estudioso percebeu no caboclo a mestiçagem e em sua sobrevivência ligada com a terra uma forma simples de viver:

O mestiçamento entre portugueses e índios deu em resultado um tipo de homem original: o mameluco, ou caboclo [...]. Pescador na Amazônia e no litoral, criador no Nordeste e no Rio Grande do Sul, caçador de ouro de diamante no Brasil central e em Minas Gerais, desbravador amante da terra na qual não se fixa e que exaure com suas culturas sobre queimadas, o caboclo, com seu enorme chapéu de palha, andrajoso e descalço, é o autêntico camponês do Brasil. [...] O caboclo pouco produz e contribui quase com nada para o mercado interno. Seu baixo nível de vida faz dele um consumidor mesquinho [...]. Resistente aos padecimentos físicos e acabrunhado pela enfermidade e pela subalimentação, corajoso, desconfiado, de uma religiosidade que o atira aos braços das mais extravagantes formas de misticismo, raramente alcançado por conhecimentos escolares, nada à vontade nas cidades, o caboclo representa um Brasil superado [...]. Entretanto, a sua passividade torna difícil a sua integração na vida moderna. Personagem dolorosa e cativante, o caboclo representa um peso morto para uma economia moderna. (MONBEIG, 1975, p. 45 e 46).

Gilberto Freyre, sociólogo que se aventurou na pesquisa da formação sociocultural brasileira, apesar de descrever o caboclo como ser de "capacidade moral e física", em outro momento cita o higienista Araújo Lima, que considerava os caboclos como "párias inúteis vivendo em choças de palha, dormindo em rede ou estrado" ao lado "da vasilha

de água” e da “panela, seus únicos utensílios, sua alimentação era farinha com o bacalhau ou charque; e ‘a viola suspensa ao lado da imagem’”. (FREYRE, 2004, p. 97).

As declarações desses intelectuais evidenciam o caráter pejorativo e estereotipado criado sobre os povos mestiços, retratando-os como fossem somente aquilo, como se sua forma de vida não tivesse sentido. Os cientistas que constroem essas representações são homens que viram acontecer a ascensão dos centros urbanos e em alguns momentos tomaram partido na direção de um desenvolvimento técnico-científico que destoava da imensidão do mundo agrário e considerado “atrasado”. Apesar de seus argumentos serem carregados de juízos de valor negativos em relação à vida do caboclo, jamais devemos deixar de considerar a sua grande contribuição em detrimento de uma sobrevalorização do caboclo.

Entre tantos autores, um deles conseguiu permear os relatos românticos e depreciativos em torno desse sobrevivente das matas e elaborar um diálogo com a realidade vivida por ele, esse autor foi Darcy Ribeiro. Ele procurou definir o caboclo por sua sobrevivência, a sua característica básica derivaria da rusticidade e de sua tecnologia adaptativa, essencialmente indígena, conservada e transmitida, através de séculos, sem alterações substanciais (RIBEIRO, 1995). Esse etnólogo nos permite perceber o caboclo como um ser oriundo da mestiçagem, ou seja, observando o território nacional não percebemos o caboclo no singular, mas diversos tipos de formações étnicas caboclas.

Há a necessidade de se deixar claro que o próprio caboclo é assim apontado e denominado, mas não podemos indicar que todos os membros de tal grupo étnico se autoafirmavam como caboclos.

Especificamente, o processo colonial do Sudoeste aparece premeditado ainda no início do século XIX, por iniciativa de Dom João VI que, após redigir a Carta Régia, de 08 de novembro de 1809, descreveu as ações dos “bugres” com repugnância e buscou construir um único destino para as terras que estavam entre os Campos de Guarapuava e o leito do rio Paraná, e essa região passaria por um desenvolvimento após a dizimação das povoações nativas que ali viviam:

Sendo-me presente o quasi total abandono, em que se acham [...] todos os terrenos que desagüam no Paraná [...] [estão] infestados pelos Indios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietarios, que nos mesmos paizes têm procurado tomar sesmarias e cultural-as em beneficio do Estado, de maneira que em todo o terreno que fica ao Oeste da estrada real [...], a maior parte das fazendas, que estão na dita estrada, se vão despovoando [sic!] (BRASIL, 1809).

Para prosseguir em tal projeto, não houve desprezo para com todas as populações. Entre as diversas nações indígenas, o colonizador buscou apoio para seu projeto colonial. Líderes indígenas como o Cacique Vitorino Condá e o Cacique Viri comandaram caçadas a tribos rivais do processo colonial e apoiaram a construção de estradas que serviam de via de acesso para Chapecó e Guarapuava. Em troca de roupa, alimento e ferramenta, essas tribos aliadas ao processo colonial indicaram o melhor trajeto que ligava as diversas regiões e se transformaram em operários da construção dessas estradas.

O sertão paranaense era assim chamado na correspondência das autoridades da capital do estado por ser considerado distante, improdutivo e "despovoado". Uma série de conflitos descreve os rumos coloniais da região, indígenas eram perseguidos por outros nativos em meio à mata e assassinados num verdadeiro genocídio fratricida (POCAI FILHO, 2012).

Anos depois, a caça aos indígenas foi desempenhada pelos chamados "bugreiros" - tropas de civis ordenadas a praticar a chamada "desinfestação indígena" no sertão do Paraná, em nome da Companhia Colonizadora. Esses homens, após pegar a laço e a cachorro as mulheres, se incumbiam da tarefa de assassinar seus familiares que nada tinham a fazer a não ser se abrigar com o próprio corpo. Arrancavam-lhes as orelhas afim de provar o "sucesso colonial" perante a Companhia (SANTOS, 1978). Enquanto uns morriam, outros nasciam, pois tal "conquista sexual" fazia gerar o caboclo. A "desinfestação indígena", curiosamente, tinha por intenção ocupar o Sudoeste "desabitado". A posse sexual do colonizador sobre a nativa possibilitou a mestiçagem dos chamados "cor de cuia". Além desse fator genético, outros episódios no início do século XX proporcionam caldo a essa formação étnica do caboclo (LANGER, 2007).

Ainda no meio do século XVIII, ocorreu no Brasil um suposto fortalecimento político das forças militares na época, que anos depois culminaria na Proclamação da República (1889). Paralelo a esse fortalecimento militar nos grandes centros ocorre um processo de desmilitarização de algumas fronteiras. Evidência disso se percebeu desde o início da Questão de Palmas (1890-1895). Parte da região de Palmas desenvolvia economicamente a extração de erva-mate. Os empresários que ali se instalaram eram argentinos e reivindicaram aquela região para seu país. O litígio entre Brasil e Argentina se instaurou e somente foi resolvido com o arbitramento do presidente estadunidense Grover Cleveland (WACHOWICZ, 1985). O contexto nacional revelava os antagonismos de um "Brasil de duas faces": exuberantes centros urbanos com suas inovações tecnológicas estavam distantes das regiões agrárias, esquecidas, abandonadas e por conta disso ameaçadas e destruídas pelas próprias mãos do Estado como foi o caso do Massacre de Canudos (1893-1897) e da Guerra no Contestado (1912-1916).

No último caso, as terras tituladas à Brazil Railway Company estavam destinadas à construção de um imenso e moderno ramal ferroviário entre Santa Catarina e o município de Guarapuava, PR. O saldo do conflito entre os militares, chamados "peludos" e movidos pelos interesses capitalistas dessa empreiteira estrangeira, e os caboclos, chamados "pelados", fez com que esses últimos acabassem fugindo para o Sudoeste do Paraná após perderem suas terras - essa região sofria da ausência de autoridades policiais e militares que poderiam persegui-los. A experiência histórica desse movimento social caboclo se posicionou contra os estímulos de "europeização" e da capitalização das terras na região. Essa negação se traduziu na reafirmação do modo de vida desse povo e num projeto social constantemente revisitado e ressignificado em suas memórias mesmo após o fim dos conflitos (MACHADO, 2004).

Esses sobreviventes também engrossaram o caldo do sangue sudoestino ao momento que fugiram de um conflito de terra que redesenhou as fronteiras entre o Paraná e

Santa Catarina, esses homens e mulheres conviveram anos com as atividades da pecuária, do tropeirismo de porcos, da extração de madeira e da erva-mate.

O presente artigo possui também a finalidade de analisar as especificidades desse caboclo, em torno das relações de trabalho e das relações com outros grupos étnicos, que foram muito marcadas pelo estigma construído sobre a cor de sua pele. Essas relações nos permitem perceber também que sua concepção de posse era um tanto peculiar no Sudoeste do Paraná.

“FAZEDOR DE POSSES”: TRABALHO E PROPRIEDADE NO SERTÃO DO PARANÁ

Casinha de palha lá no ribeirão
 Uma linda cabocla e um cavalo bão
 Som de uma viola alegre a solidão
 Esse é o Brasil Caboclo
 Esse é o meu sertão.

(Trecho de “Brasil caboclo”, de Tonico e Tinoco)

Residente da floresta, o caboclo se torna um ser que se liga à natureza pelo seu trabalho. Um pomar ao lado da sua casa, as caçadas frequentes – onças, tatus, ratos do mato, veados –, as criações de porcos soltos no mato – as chamadas safras –, o corte de madeira, a extração de erva-mate, os chás medicinais feitos de ervas do mato, tudo isso explica essa conexão e são atividades que integram a forma de sobrevivência do caboclo.

Adentrando os matagais fechados, encontrávamos o mestiço fazendo suas queimadas para o início do plantio. O fogo era rotativo entre diversos lotes e acontecia num período do ano, a partir delas esse ser criava um sistema agrícola extensivo próprio com o intuito de constituir sua sobrevivência. As cinzas que sobravam desse desmatamento serviam de fertilizante para a proveniente produção agrícola. Esse sistema rotativo era chamado de “pousio”, ou seja, de rotação de terras. Segundo Marcos Mondardo:

Para cada área plantada era necessário corresponder uma área de pousio, onde a terra recupera suas ‘forças’ para ser plantada posteriormente. Quando a produtividade da área plantada começa a cair, ela é deixada em repouso e passa-se a cultivar na área anteriormente em pousio. (MONDARDO, 2006, p. 10).

A extração de erva-mate debaixo das araucárias durante muito tempo se deveu aos ensinamentos trazidos pelos argentinos, que contratavam os caboclos nas obrages. O comércio de couro advindo das caças também era uma atividade rentável e acontecia na própria propriedade do caboclo, em galpões improvisados, onde o caboclo recebia pessoas de passagem pela região (BONETI, 1997).

Segundo Ricardo Abramovay, esse processo de trabalho sobre a terra pode ser interpretado como produtor de uma sociedade autônoma e autárquica no Sudoeste – desmistificando o caboclo como ser “primitivo e isolado”. As picadas onde passavam

não suportavam um transporte intensivo de grandes cargas, a maior parte da produção era trocada em pequenas bodegas por vestimentas, sal, açúcar, bebidas, querosene ou ferragens. A desmonetização da sua economia, todavia, não serve para indicar que essa sociedade vivia totalmente da subsistência (ABRAMOVAY, 1981).

Outra forma de sobrevivência do caboclo decorria das "safras". As safras eram criações de porcos soltos na mata e entre as lavouras de milho. O cachaço, chamado "porco matriz", era o grande reprodutor suíno, normalmente era cegado com creolina para ser domesticado. Inexistiam cercas entre as propriedades, cada proprietário fazia um corte na orelha específico para diferenciar seus animais, que se misturavam com os de seus vizinhos. O processo de engorda dos porcos acontecia após a plantação do milho, quando esse estivesse brotando seria derrubado e devorado pelos porcos. Após a engorda, uma grande vara de porcos (200 a 300) era levada até União da Vitória para ser vendida. Não haviam caminhões naquele tempo, portanto eram organizadas tropeadas a pé levando a "porcada", por isso era importante que o porco não engordasse muito. À frente iam os "chamadores" levando milho que jogavam para os porcos irem comendo e seguindo o trajeto (BONETI, 1997).

As plantações de milho, a constituição de hortas, entre outras formas de cultivo, ocorriam livremente, inexistiam escrituras para delimitação de suas terras. Um toco, uma pedra, um morro, era assim que era delimitada uma divisa de terra entre duas propriedades. Não se ouvia falar em escrituras de posse onde residiam. O roçado, processo de queimada e fertilização do solo, gerava terras produtivas que mais tarde seriam usufruídas por esses migrantes, logo os caboclos foram chamados de "fazedores de posse" (WACHOWICZ, 1985). Qualquer abordagem dessa cultura em torno de sua posse não explica na totalidade a capacidade de inventividade e adaptação do caboclo à natureza que o rodeava. Nossa intenção se coloca em perceber as relações interétnicas do caboclo com os demais povos que chegaram até ao sertão do Paraná.

MUITO ALÉM DA "FRENTE PIONEIRA": CHEGADA E ESTABELECIMENTO DO MIGRANTE SUL-RIO-GRANDENSE NO SUDOESTE DO PARANÁ

Todo período de ocupação do território paranaense por parte dos indígenas e dos caboclos foi ignorado pelas autoridades do governo, além disso essas passaram a titulação das terras para as mãos de empresas privadas. Dom Pedro II, em 1889, concedeu os títulos das terras devolutas ao engenheiro João Teixeira Soares, que se responsabilizou pela construção de uma ferrovia. Durante a República, os títulos da gleba Missões passaram para a Brazil Railway Company, que depois foram transferidos para a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO). Até que, em 1940, a União incorporou o patrimônio da companhia estadunidense. A gleba foi alvo de disputas entre a União e o estado paranaense.

A União, por sua vez, anunciou a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), pelo Decreto-Lei 12.417/43, a fim de desenvolver laboralmente a região

com a vinda de migrantes do Rio Grande do Sul. A principal preocupação do Estado se encontrava no fato de aquele território ser localizado na fronteira, pois ao momento em que se encontrava “desabitado” poderia ser facilmente invadido por estrangeiros. Em 1951, dois anos após assumir como governador do Paraná, Moysés Lupion reconheceu o migrante vindo do Sul como parceiro do desenvolvimento econômico e social do estado. O aumento vertiginoso da população do estado cria a oportunidade de um novo tipo de gente. Nesse enredo, o migrante recebeu o papel de forjador de “um novo Paraná” (PARANÁ, 1951). Antonia Colbari (1997) defende a ideia de que a política migrantista era considerada “componente de um projeto de gestão da população, o que envolvia o adensamento, branqueamento e elevação civilizatória dos habitantes do país”, o que acabaria por desvalorizar as populações tradicionais.

A especulação em tratar a região como “desabitada” se deveu à irrelevância das trocas comerciais caboclas para a economia do Paraná. Palavras como “vazio demográfico”, segundo Mota e Noelli, adentram o discurso do Estado nessa época como uma estratégia que tem por objetivo retirar e eliminar essas populações da História regional afim de enfatizar o papel do colonizador branco (NOELLI; MOTA, 1999).

A migração dos colonizadores brancos se deve a uma eventual crise na economia rio-grandense, em favor da existência de um excedente de famílias e da total ocupação das chamadas “colônias velhas”, pequenas propriedades existentes em toda extensão do estado gaúcho. Autores, como Rovílio Costa (2007), descrevem minuciosamente períodos de fome e dizimação das plantações por parte de pragas no norte do Rio Grande do Sul. Os migrantes estavam carregados de condições técnicas e financeiras e se destinaram ao Sudoeste, apesar da existência das populações caboclas no Sudoeste, essa onda migratória ficou conhecida como “Frente Pioneira”. Carregando seus pertences, mas também todos seus costumes e seus conhecimentos sobre a terra, esses migrantes possuíam condições financeiras para mecanizar toda produção da terra.

A CANGO se originou como uma comunidade de trabalho que acolheria o migrante até esse receber ou adquirir uma propriedade e a escritura da terra. Ao momento que a região Sudoeste, assim como a região do Contestado, foi considerada “devoluta” e ocupada por “posseiros”, os migrantes deveriam “comprar” terras onde os caboclos viviam. Um revólver, ou uma mula, ou até uma bolsa de milho... Esse passou a ser o valor da desistência das terras. Negociado o preço, ambos iam até a venda mais próxima para que o bodegueiro se tornasse testemunha da desistência, ali era comum ambos arrancarem um fio de bigode e trocarem simbolizando o acordo. Existiu alguma resistência do caboclo a esse processo de ocupação migrantista? Na realidade, residia na memória do caboclo a lembrança do Contestado (WACHOWICZ, 1985).

Não existiam cartórios, a palavra valia muito mais do que qualquer papel assinado e registrado. A palavra era lei, enrijecida no boca a boca e pelo revólver na cintura carregado de balas. Wachowicz entrevistou uma série de colonos que contaram com detalhes esse processo de venda da terra entre os “fazedores de posses” e os migrantes. João Dorvalho Shuarte revelou: “Antigamente o fio do bigode valia a palavra do homem [...] terminemo de pagar o homem [...] já foi embora, então o negócio ficou realizado» (sic!),

nas palavras de Leodovico Lima: "Como os envolvidos eram frequentemente analfabetos, a 'desistenciazinha fria' era redigida pelo bodegueiro da localidade. Nesse tempo a palavra de um homem era um documento. Um homem dizia: essa terra é sua e era dele." (WACHOWICZ, 1985, p. 73).

Logo após a venda, os caboclos pegavam seus poucos pertences e se destinavam a outras terras que encontravam, lá estabeleciam uma nova propriedade. A saída do caboclo da região acabou fazendo com que esse penetrasse cada vez mais no interior, novas posses iam surgindo e também eram comercializadas. A tal "Frente Pioneira", ao recolonizar a região, acabou por "varrer" os caboclos cada vez mais a Oeste.

A urbanização de São Paulo necessitava de uma demanda cada vez maior de carne. Essa necessidade estimulou a criação de suínos em todo o Sul do país, logo produção e transporte intensivos eram previstos para todo o Sudoeste. Os tropeiros que guiavam os porcos foram substituídos por imensos caminhões. Esses detalhes exibem o início de uma disputa de rarefeitos ruídos entre os capitalistas que aqui chegavam e os povos descapitalizados (BONETI, 1997). O Estado, ao momento que caracteriza a vida do caboclo como em meio a um "sertão despovoado", fundamenta uma total omissão a respeito da existência da cultura cabocla, seja seu trabalho da terra ou seus costumes.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO "SERTÃO" DO SUDOESTE (1920-1943): CONFLITO E EXCLUSÃO TERRITORIAL DO CABOCLO

*"Sertão é onde manda quem é forte,
com as astúcias. Deus, mesmo,
se vier, que venha armado"*

(Trecho de "Grande Sertão: Veredas", de Guimarães Rosa)

Ao narrar uma saga de lutas em torno de chapadões e cerrados, de maneira ficcional, sobre os conflitos no interior de Minas Gerais, Guimarães Rosa produz uma narrativa épica sobre os lugares distantes do nosso Brasil. Além dele, lemos o sertão do vale do São Francisco descrito por Euclides da Cunha, e mais tarde escutamos o sertão pantaneiro revelado nas letras de Almir Sater e nas ponteadas da viola de Tião Carreiro. Diversas são as linhas escritas sobre esse lugar real e ao mesmo tempo mítico.

Entre repentes, romances e canções percebemos a existência de inúmeros sertões em todo o país. Quando falamos no sertão brasileiro, esse termo deve ser acompanhado senão de uma interrogação, quanto mais de certa pluralidade. Se procurarmos similaridades entre esses "sertões", com certezanão encontraremos nas suas características físicas ou climáticas, mas, sim, no que essas terras distantes são capazes de gerar: o conflito.

Sertão é uma palavra de origem portuguesa que se liga diretamente ao processo colonial. A primeira literatura lusitana sobre o Brasil, escrita por Pero Vaz de Caminha (CAMINHA, 1967, p. 239) assim relatou ao rei Dom Manuel sobre a costa brasileira: "Pelo sertão nos pareceu, visto do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos

ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa”. Distante, inóspito, fechado... Na visão do colonizador esse espaço deveria passar por uma transformação, tendo suas florestas derrubadas, deveria ser seguido de plantações e do genocídio dos povos que não se adaptassem ao processo colonial.

Séculos depois, a extensão desse termo a outras terras de clima úmido, como é o caso da Amazônia e do próprio interior do Paraná, mostra que a visão do colonizador era construída em torno da necessidade dessa transformação. Não podemos pensar o espaço como fruto de uma ação única e homogênea. Segundo Côrrea (1986, p. 61) a “organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo” por diversos agentes. Para Milton Santos: “o espaço é a acumulação desigual dos tempos” (2009, p. 9). Pensando o Sudoeste do Paraná como uma região de fronteira moldada pelo ser humano podemos perceber que existe em torno dessa uma multiplicidade de interpretações do espaço entre seus agentes – indígenas, colonizadores, caboclos, migrantes, estrangeiros, companhias colonizadoras, entre outros. Todavia, devemos pensar “região” com uma certa cautela.

Ainda para Corrêa (1986), quando falamos em região, devemos ter em conta que essa nada mais é que algo construído historicamente pela ação do ser humano. A região surge como a circunscrição político-administrativa, produto da ação do poder central do Estado sobre o poder regional dos seus habitantes. O processo de formação de um território é perpassa do pelas relações de poder; para Machado (1997), quando um agente se utiliza dessa noção de poder ele expressa sua territorialidade.

A formação da região Sudoeste por parte do Estado, com suas políticas de povoamento, deve ser considerada como um processo de criação do espaço. A ação do caboclo foi subjugada pelas decisões do poder central, mas jamais deixou de existir. Apesar da presença do caboclo ser algo incontestável em toda a região, ao andarmos pelas ruas, praças e demais locais públicos das suas emergentes cidades não percebemos uma História que enfatize isso e referencie esse ser das matas.

O processo de acumulação do capital se fez acompanhado de um fator cultural que projetou “criar” a região, onde a formação de um sentimento regionalista exportado do Sul significou uma ruptura com as origens do Sudoeste e um projeto de esquecimento quase completo do modo de vida tipicamente caboclo. O enlace de culturas econômica e socialmente diferentes exibe um encontro de diversos lugares, figurado em diferentes personagens. Essa mobilidade de territórios, conhecida como “desterritorialização”, colocou em cena diversos personagens que carregavam as ideias e tradições das regiões onde passaram e acabaram compartilhando-as nesse local – desse encontro, produziu-se um choque cultural fragmentando antigos espaços lembrados e que buscavam ser vividos e transplantado para o novo território (BARBOZA; CALZA. 2012).

Parte desse projeto de desterritorialização pelo gauchismo pode ser percebido nos Centros de Tradição Gaúcha – os CTGs, e registra um processo de aculturação do Rio Grande do Sul sobre toda região Sudoeste até os presentes dias. O gauchismo aparece como projeto remanescente da Revolução Farroupilha. Assim, ocorre por parte dos migrantes a recriação de uma “tradição inventada”, ao momento que cultua em seu vestuário, em suas

danças e nas suas confraternizações repetições de situações vividas anteriormente por seus ancestrais sul-rio-grandenses (FONSECA; HESSEL, 2004. HOBBSAWN; RANGER, 1984).

O caboclo era chamado por alguns migrantes sulistas como “bicho do mato”, esse dizer ainda é popular na região de maneira pejorativa (p. ex.: “nem mexa com fulano, ele é um bicho do mato”). Constatando isso ao entrevistar descendentes de colonos como Urbano Merlo, Wachowicz (1985, p. 85) pôde enfatizar como se desenrolava esse tratamento: “Com os [caboclos] não tinha intimidade, era uma gente violenta, uma caboclada do mato”. Nos permitimos perceber que o cultuamento do gauchismo por parte dos descendentes de imigrantes de italianos, poloneses e alemães se torna uma importante estratégia de identidade em se afirmar perante o outro. Antes de assumir para si o “eu”, o “ser gaúcho” aparecia como uma forma de negar esse outro, o “bicho do mato” (ROCHA, 1988).

Muito além das questões econômicas, o gauchismo pode ser percebido como um projeto cultural, muito ligado aos valores rústicos, que também possui características como o nacionalismo, o trabalhismo, o paternalismo, o familismo e o cristianismo (FONSECA; HESSEL, 2004) – esse projeto se encaixou perfeitamente nos interesses do Estado que, ao colocar o gaúcho como “pioneiro” do Sudoeste, fantasia uma História onde o caboclo sai silenciado.

A heroicização do “pioneiro” foi algo construído, os gaúchos que no Sudoeste chegaram eram descendentes de poloneses, italianos e alemães chegados no Rio Grande do Sul nos fins de século XIX, portanto não possuíam ligação direta com a Revolta Farroupilha. Costa (2007), ao relatar o processo de povoação do norte do Rio Grande do Sul, descreve episódios de perseguição aos descendentes de italianos e alemães durante o período da Segunda Guerra Mundial – evidenciando o conflito existente entre os gaúchos descendentes de portugueses e os descendentes de italianos e alemães que foram para o Sudoeste.

Essa disputa silenciosa por espaço e memória exhibe os sinais dos tempos. A modernidade definiria o vencedor desse confronto, aquele que passaria a predominar naquela região. Marshall Berman, ao enxergar a modernidade do século XX em sua mudança de ritmos, diz que o que mais chama a atenção para o “novo mundo” é a sua paisagem “desenvolvida, diferenciada e dinâmica” cercada e apoiada em ferrovias, engenhos a vapor, fábricas automatizadas. E foi nessa sociedade que o migrante se apoiou e quis se desenvolver, fortalecido pelas “organizações burocráticas” do estado que “detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo” (BERMAN, 2001, p. 18).

Monumentos históricos e museus priorizam a imagem do migrante e, em singulares momentos, a imagem do indígena, outros chegam a heroicizar o processo de desmatamento², que culminou de vez com o extermínio do modo de vida indígena e caboclo da região – é o caso da “Patrula amarela” alojada no trevo de Pato Branco e o “Trator” localizado no trevo de Mariópolis.

Outro dado que se torna importante salientar é quanto ao número irrisório de autoridades militares e policiais na região nessa época. Neri Bocchese, ao descrever as

nuanças do cotidiano da colonização de Villa Nova (atual Pato Branco), descreve a grande intensidade de armas na cidade nas mãos dos populares:

Os caboclos e os colonos que chegavam em Villa Nova eram homens de muita fé. Rezar na capela todos os domingos era uma obrigação que ninguém discutia. Como a população andava sempre armada, também se ia às rezas com o facão, a faca, o revólver, a pistola ou a própria espingarda. Entrar na casa de Deus armado não combinava, era consenso entre os moradores. Mas, as autoridades sabendo que não conseguiriam desarmar os moradores, somente recomendavam prudência. O mais interessante era que, ao chegarem à capela, todos indistintamente guardavam as suas armas debaixo do chapéu, em algum lugar no assoalho, ou na escada da própria capela. O chapéu era a identificação do dono e a segurança de que não seria mexida. O respeito era mútuo. Roubar nem passava pela cabeça. Terminada a reza, cada um pegava o seu chapéu e sua arma e voltava às vidas diárias. (BOCCHESE 2004, 160).

A justiça popular era característica dessa ausência de autoridades. Práticas de vingança entre famílias e linchamentos eram frequentes. O caso mais marcante foi do linchamento de Pacífico Pinto de Lima em 1928, que, por ironia do nome, era um fazendeiro acusado de grilar terras, praticar diversas agressões e até cometer diversas assassinatos de caboclos que trabalhavam em sua fazenda e aos quais se recusava a pagar seus merecidos salários. O acusado, apelidado de “Fazedor de viúvas”, respondeu às acusações em liberdade, até que foi convocado para ir a júri no final do mês de fevereiro. Em meio ao julgamento, a população adentrou em peso no Fórum de Clevelândia disparando contra o acusado sem cessar (VOLTOLINI, 2005). Os linchamentos não eram casos isolados de mera violência cometidos por uma multidão descontrolada e sanguinária, o linchamento de Pacífico pode ser interpretado como possuente de um teor de justiça social reivindicada pelas próprias mãos da população desassistida pelas autoridades.

O cenário descrito dos caminhos que levavam ao Sudoeste era de cruces e sepulturas. “Nas bodegas nunca poderia faltar dois tipos de mercadoria: balas de revólver e velas para defunto” [...], Andar sem revólver era o mesmo que andar pelado”. O território selvagem, habitado por animais, fez com que “a arma de fogo passou a ser necessária para a sobrevivência e [...] para a defesa pessoal. Após a Revolução de 1930, houve proibição de porte de armas, mas tal decisão governamental não era obedecida” (WACHOWICZ, 1985, p. 88), por conta de um intenso contrabando na fronteira.

Com a eventual falta de autoridades militares e policiais na região de fronteira, uma das alternativas foi criar outras autoridades. Os inspetores de quartelão eram nomeados por instituições sediadas da capital do estado. Segundo Maria Auxiliadora Schmidt (1996, p. 85): “ele fazia tudo: era responsável pela vigilância, controle e fiscalização da vida da população. Chegava a fazer casamentos, na falta de padres e juízes”.

Aos poucos, o título “sertão” vai sendo deixado de lado, dando espaço no discurso e na paisagem a uma sociedade que buscava o desenvolvimento industrial e comercial das cidades do Sudoeste. Sobretudo isso é possível com o desejo de progresso e de acumulação primitiva presente nos agentes sociais que aí se estabeleceram.

Essas transformações trazem um conjunto de questionamentos: Onde foram parar os caboclos? O que fazem? O que se manteve e o que se perdeu das suas antigas formas de sobrevivência? Em uma de minhas expedições etnográficas cheguei ao município de Mariópolis, procurando descendentes de caboclos, encontrei entre um terreiro com abóboras plantadas e galinhas ciscando uma senhorinha magrinha cortando lenha. Na sua fala³, Dona Mariquinha relatava os lugares onde viveu e revelou o processo de urbanização cabocla na região:

Nóis quebrava mio, fazia poço [...]. Não revestia o poço com nada, daí achava água, daí veio as colheita daí ganhava mais fácil, trabaia com poço não é fácil [...]. Cavava uns 21 metro, maior pirigo, tinha um bairro lá em Pato Branco chamado Godoi, lá cavamo mais de 20 poço, era bairro novo, casinha assim [...]. Godoi eram as fãmia, que daí morava tudo eles reunido, o bairro só tinha Godoi [...], nós fomo pa cidade depois que o pai achô uma panela de dinheiro [sic!] (Maria da Rosa. Entrevista concedida no dia 08/01/2011).

A partir dessa conversa com Dona Mariquinha, descobrindo a existência do bairro dos Godói (atual Vila Verde) e de outras evidências, pude perceber que a região Sudoeste possui em suas periferias a formação de diversos "bairros caboclos". Terras onde se encontravam antigos ranchos que iam aos poucos acolhendo um número maior de pessoas que compravam ou ocupavam terrenos, ali elas trabalhavam e passavam a participar de todo o processo de urbanização. Nas periferias de municípios economicamente ascendentes como Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos, o descendente do caboclo vinha e vem desenvolvendo atividades no subemprego, como pedreiros na construção civil ou nas fileiras da linha de produção de fábricas. O olhar para a periferia do Sudoeste é revelador. O sistema econômico que desvencilhou os caboclos de suas posses no passado faz hoje com que seus filhos e netos se proletarizem e se aproximem da sociedade de consumo ocupando, muitas vezes, os bairros mais distantes do centro da cidade.

Em um desses passeios pelas vielas da periferia podemos perceber pequenas hortas onde se plantam uma infinidade de hortaliças, verduras e ervas, granjas de criação de galinhas carijó e dos chamados "galos índio", assim como chiqueiros improvisados criando porcos. Esses microespaços construídos edificam também um grande auxílio na sua sobrevivência, na sua autonomia perante o sistema capitalista – ainda que não seja essa sua intenção, mas apenas ajudar ou "inteirar um dinheirinho" no orçamento. Num segundo momento, porém, a paisagem aos fundos exhibe diversas rupturas no sistema de acumulação primitiva do capital providenciadas pelo próprio descendente de caboclo. A sua produção do espaço ainda é determinante para sua sobrevivência, num ambiente que, apesar de urbano, se assemelha muito com o rural.

Tal produção do espaço reconfigura toda uma rede de relações construída cotidianamente e se envolve numa dinâmica ao sistema econômico, aos projetos de aculturação e ao movimento da globalização. Pensando nesse sentido, Reichert afirma que os referidos elementos não homogeneizam a totalidade dos espaços, pelo contrário, "em parte intensifica as suas diferenças, porque os indivíduos e os grupos sociais não atuam e reagem da mesma forma" (REICHERT, 2008, p. 20).

Nessas vizinhanças, em suas redes de relações persistem laços de solidariedade que evadem as paredes das casas. Exemplo disso acontece quando algum animal é abatido, o pai manda o filho levar um pedaço de carne aos vizinhos em uma sacola. Esse ato de “levar a sacola” ao vizinho também acontece quando algum morador possui uma horta, o produtor concebe que esse ato não corresponde a uma doação, pois se sente pertencente a um jogo de favores onde o vizinho lhe retribuirá na forma de algum serviço como “ajudar num puxadinho” em sua casa ou qualquer outro favor.

BENZIMENTOS, NOVENAS E CURAS DO MATO: A TERRITORIALIDADE RELIGIOSA E MEDICINAL COMO RESISTÊNCIA SOCIAL E CULTURAL DO CABOCLO NA SUDOESTINIDADE PARANAENSE

*Não se logra, nem se roba
São dois crime sem perdão*

*Os veíaco vão pro inferno
Pro diabo os ladrão
(Versos de João Maria).*

De longe era percebido, roupas simples, barba longa, magro... Exibia no corpo e nos gestos a imagem de um velho itinerante com seu boné de couro de jaguatirica, quando questionado dizia andar pelos sertões para pagar penitência. Pelo menos dois homens possuíam essas características entre os séculos XIX e XX, carregavam o nome João Maria⁴, o tal que aparece citado nas preces e nas novenas como um homem santo.

As novenas, independentes perante a estrutura da Igreja Católica, são incorporadas e vividas por benzedores e curandeiras. Nessa vivência do cristianismo popular, João Maria aparece como homem santo e realizador de muitas curas causadas por rezas especiais, “águas santas” e pelo famoso chá de vassourinha - erva de São João Maria. Entre esses fiéis, muitos reproduzem parte da sua profecia apocalíptica proferida aos quatro ventos pelos andarilhos. O desenvolvimento industrial e a sociedade de consumo representariam a inversão de valores e de comportamentos, assim como o respeito ao outro, e seriam o fim do mundo e “o prenúncio de grandes catástrofes que atingiriam o mundo”, tendo sido anunciadas epidemias, pragas na lavoura e na criação, a vinda de máquinas monstruosas como corvos de aço (aviões), gafanhotos de ferro (serrarias) que acabariam com as florestas (MACHADO, 2004, p. 169).

João Maria de Jesus teria incentivado os populares do Contestado, anos antes do conflito, a migrar para os sertões de Palmas. No Sudoeste mesmo, a prática da religiosidade se fortalecia também com as festas populares. Lindomar Bonetti, em sua pesquisa sobre os caboclos, citou um entrevistado anônimo que relatou uma das edições da Festa do Divino Espírito Santo no Sudoeste: “cruzar os revólveres e dar uns tiros, dar salvas, vai das 3 da tarde até outro dia [...] daí o padre chegou para rezar a missa e disse: cadê a pombinha que tava sobre a bandeira? Estava lá só um chopinzinho preto, de tanto os

caboclos atirar, pegou fogo na pombinha" (sic!) (BONETTI, 1997, p. 37). Essa citação permite perceber o estranhamento entre os costumes caboclos e o padre, sendo esse último representante da instituição clerical.

Décadas anteriores a esse acontecimento, diversos conflitos permearam a figura de João Maria de Jesus e os frades que pertenciam à Missão Franciscana no Sudoeste do Paraná. O motivo de tais conflitos não tinham nada a ver com bala e gritaria, mas ao fato de o andarilho "exquisito" (sic!) estar realizando o batismo de crianças na década de 1900. Muitos populares da região, aliás, se recusavam a receber o sacramento das mãos dos padres, argumentando que estariam esperando a vinda do monge andarilho e que desconheciam e estranhavam os "apetrechos" carregados pelos missionários em suas mulas, os quais eram utilizados para realizar as missas. Os padres reconheceram em João Maria um líder popular e religioso contra o mando dos coronéis, um homem que carregava consigo o "desapossamento", a cura pela medicina alternativa e a leitura da Bíblia como forma de religiosidade. Ao ser convidado pelo frei Rogério Bamberg para uma missa sua resposta foi direta e de igual para igual, comentando que tinha muitas pessoas para atender e realizar suas curas, argumentou: "minha reza vale tanto quanto uma missa" (SANTOS, 2005, p. 109).

O eventual conflito entre o monge andarilho, afirmando ser representante do povo humilde do sertão, e os missionários franciscanos, que eram vistos como vestidos de maneira "esquisita", exhibe elementos de duas representações de mundo que perduram até a atualidade nas relações do cristianismo popular com o catolicismo oficial. Aceita ou não no seio da Igreja Católica, a memória "santificada"⁵ de João Maria sobrevive em grupos de rezas e novenas que religiosamente fazem com que os devotos se integrem socialmente em torno do benzedor ou "curador" que produz em torno de si uma rede de relações que mesclam essa religiosidade com a medicina popular.

A vida dos sertanistas e colonos que chegavam na região, passavam e residiam, era dependente de curas por meio de chás naturais e do uso de plantas. Essa prática cabocla se tornou válida ao momento que toda a região quase não possuía médicos e profissionais de saúde pública. As práticas da medicina alternativa se mesclavam com as da religiosidade popular de maneira que essas práticas podem ser percebidas até os tempos atuais, entre os antigos bairros caboclos e outras vilas distantes dos centros urbanos. Ali encontramos benzedoras nas suas diversas ruelas de cascalho ou calçamento, fundos de vale e pelas esquinas.

A partir de uma de minhas andanças pela região conheci Dona Elza, filha do falecido caingangue "Campo Erê", conhecido sobrevivente da Guerra no Contestado e íntimo do monge João Maria, "curador" de todas as bandas do Oeste de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná. Detalhadamente ela descreveu a prática dos benzimentos e das novenas e o dom que havia herdado a partir da convivência com seu pai:

Porque a descendência da minha família é de índio, curador, benzedor memo era meu pai [...]. A gente só faz o bem pras pessoa, mais é pra criança, remédio, sai bastante remédio, vem gente de fora, lá de Chapecó busca remédio, às veis vem gente lá

de fora que nem conheço só pra busca remédio. [...] Remédio só do mato, só raiz do mato [...] pobremapafecção, amarelão, pessoa que toca de impomédico e não resolve o pobrema [...]. Muita coisa tinha antigamente hoje não tem mais. Aí tem gente que vem aqui por causa de papel pra se aposentá, pra se encostá, dinheiro quando tem de a ver, patrão não quécertá, vem aí, faz a novena, dali uns dois, três dia depois de começa a novena já aparece o dinheiro [...] É um negócio que quando Deus chama, tem que dá esse dom pra alguém da família, pra não se terminá, porque tudo termina [sic!] (Elza Rosa. Entrevista concedida no dia 07/01/2011).

A fala de Elza Rosa revela as transições pela qual essa cultura passou. A procura para ajudar na solução de questões financeiras e empregatícias pendentes mostram que tais mudanças vêm a fortalecer esse elo criado entre o “curandor” e a comunidade. Não vem ao caso aqui afirmar ou questionar a validade das práticas em torno desse personagem, mas revelar a sua existência. O conhecimento das plantas e de seus benefícios pode ser entendido como etnoconhecimento próprio do caboclo. Segundo Rodrigues e Passador (2013), devemos compreender etnoconhecimento como um conhecimento interno de um grupo com diferentes referências socioculturais e que possui formas específicas de ler o mundo. Dessa maneira, esse etnoconhecimento se apresenta como uma construção social que rompe com um eurocentrismo, que frequentemente nega a identidade de grupos silenciados.

Ao abordar o tema religiosidade e território, Rosendahl explica que o poder sagrado manifesta-se por uma organização territorial. Nesse caso, ao identificarmos a casa das benzedeadas como local de oração, percebemos a religiosidade popular cabocla como possuidora de uma mobilidade. A territorialidade do sagrado abrange a criação do território religioso, suas práticas e suas relações de poder: “significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território, onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútua”. Nesse caso, a periodicidade das novenas frente aos problemas sociais se torna uma estratégia de persistência da religiosidade popular cabocla entre as periferias (ROSENDAHL, 2005).

Muito longe dos centros urbanos, outra prática religiosa que marcou a vida do sertão do Paraná estava na procura de panelas de dinheiro, citada anteriormente por Marquinhã. Era característica presente na região é uma das formas de ascensão econômica e social do caboclo, muito ligada aos rituais religiosos. Naquela época, muitos moradores de fazendas para não terem suas economias roubadas por forasteiros procuravam enterrar panelas de barro com grandes quantidades de dinheiro e joias. Essas famílias, acabavam por não encontrar o local exato onde a panela fora enterrada e deixavam da busca. Anos depois, os caçadores de panelas faziam novenas destinadas a algum santo e logo adentravam o mato à procura de tais panelas.

Um dos maiores campeadores dessas panelas foi Carmelindo Bombonato, um descendente de imigrantes italianos, esse “gringo” como era chamado, era espírita e desenvolvia práticas de cura que aprendera com os caboclos. Antes de morrer, ele contou que tinha a capacidade de ver brilhos dourados no horizonte e logo seguia naquela direção

em busca da panela⁶. Esse caso exhibe um cenário onde os caboclos, apesar de serem chamados de "bichos do mato" por alguns, ainda assim possuíam relações de troca e compartilhamento de seu conhecimento com diferentes grupos étnicos.

Percebemos na construção dos espaços de culto da espiritualidade cabocla e na criação da sua medicina alternativa uma afirmação de sua cultura. O caboclismo, por assim dizer, também pode ser encontrado ao observarmos sua forma simples de viver, seja no caboclo tomando um chimarrão na soleira da sua casa ou no seu contato com a natureza. Sobretudo se enaltece na simplicidade cabocla de levar a vida em uma forma de religiosidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação da região Sudoeste do Paraná, popular sertão do Paraná, conheceu diversos agentes sociais que interferiram no seu espaço: indígenas, caboclos, migrantes e autoridades estatais. Partindo da discussão teórica com diversos autores regionais, indo além percebemos que a participação da figura do caboclo proporcionava e proporciona diversos elementos culturais e sociais para a região.

O poder central, em detrimento do poder regional, permite ao Estado-nação exercer diversas políticas sobre a região e sua população. Este artigo exhibe a região Sudoeste como uma região construída a partir de interesses econômicos. Essas políticas exibem sua territorialidade como uma expressão de processos: 1) Negação da ocupação da região por parte do caboclo no Sudoeste já no século XIX; 2) Favorecimento da ocupação da região por migrantes descendentes de europeus e afirmação de sua cultura como legítima; 3) Estabelecimento de sociedades civis e autoridades próprias na região para favorecer o seu progresso industrial em detrimento das populações antes ali existentes.

Antes da chegada do migrante, a região era habitada pelo caboclo. Esse não interessava às relações econômicas desejadas pelo Estado, que considerava a região "desabitada". Nesse sentido, a exclusão das práticas sociais e culturais do caboclo decorre da formação do sistema primitivo de acumulação capitalista levado por parte da chamada "Frente Pioneira". Resistiu na problemática da pesquisa questionamentos sobre a permanência das práticas culturais e sociais do caboclo no interior da região. Por meio do método etnográfico e de entrevistas orais, percebemos que ainda persiste o caboclismo entre esses personagens, suas práticas sociais e culturais e seus espaços construídos.

O asfalto que cobriu as antigas picadas de terra poderia ser comparado com o que aconteceu na História. Esta, sendo construída dia após dia, procurou, no percurso em direção do futuro, apagar como uma borracha os povos tradicionais e suas práticas. A memória dos vencedores procura ser vitoriosa no tempo. Como o calçamento, esta História vem sendo rachada e quebrada pelas raízes de uma pequena árvore que persiste e mostra uma disputa pela memória que não possui ponto final. Nem tudo se perde no tempo, tudo se transforma. Adicionar outras cores, outras vozes, outros enredos nos permite construir uma pluralidade nessa História. Memórias: esse "s" no final da palavra possivelmente seja o que mais ameace os poderosos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 1981.
- BARBOZA, R.; CALZA, T. **Desterritorialização**. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br>, Acessado em: 22 mar. 2012.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BOCCHESE, N. **Pato Branco, sua história sua gente**. Pato Branco: Imprepel, 2004
- BONETI, L. W. **A exclusão social dos caboclos no Sudoeste do Paraná**. Ijuí: ASSEOAR, 1997.
- BRASIL. **Carta Régia de 08 novembro de 1809**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em: 03 mar. 2013.
- CAMINHA, Pevo Vaz de. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Em: CORTESÃO, Jaime (org.). História do Brasil nos velhos mapas. Lisboa: Portugalia, 1967. p. 221-257.
- CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.
- COLBARI, A. **Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira**, 1997. Disponível em: <http://scielo.br>. Acessado em: 22 mar. 2012.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- COSTA, R. **Povoadores de Antônio Prado**. Porto Alegre: EST, 2007.
- CUNHA, Antonio Geraldo. **Dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1978.
- FONSECA, Leticia Richthofen de Freitas, HESSEL, Rosa Maria Silveira. **A Figura do Gaúcho e a Identidade Cultural Latino-Americana**. Educação, vol. XXVII, núm. 53, maio-agosto, pp. 263-281, Porto Alegre: PUC, 2004.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: José Olympio, 2004.
- HOBSBAWM, E. RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>. Acessado em: 27 mar. 2013
- LANGER, P. **Conhecimento e encobrimento: o discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no Sudoeste paranaense**. Disponível em: <http://scholar.google.com>. Acessado em: 22 mar. 2012.
- LAVERDI, R. **Raymond Williams y la historia oral: relaciones sociales constitutivas**. In: Palabras y Silencios. Vol. 5, Núm. 2, Oct. 2011, p. 21-32. Asociación Internacional de Historia Oral.
- MACHADO, M. S. **Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos espaços, território e territorialidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**. Campinas: UNICAMP, 2004.
- MONBEIG, P. **O Brasil**. São Paulo: Difel, 1975.
- MONDARDO, M. L. **Os Caboclos no Sudoeste do Paraná: de uma "Sociedade Autárquica" a um grupo social excluído**. Em: História em reflexão: Revista Eletrônica de História. Vol. 2, n. 3 - Dourados: UFGD, 2008.
- NOELLI, F. S.; MOTA, L. T. **Índios, Jesuítas, Bandeirantes e Espanhóis nos séculos XVI e XVII**. Em: revista Geo Notas, da Universidade Estadual de Maringá (PR), vol.3, no. 3, 1999.
- PARANÁ. **Mensagens de governo de 1940 a 1950**. Disponíveis em: <http://arquivopublico.pr.com.br>. Acessado em: 22 mai. 2013.

- POCAI FILHO, R. L. **Além da Boca do Sertão: Pay-bangs e sertanistas nos Campos de Palmas (1809-1859)**. Disponível em: <http://www.scribd.com/>. Acessado em: 22 mar. 2012.
- REICHERT, P. **Diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros de Porto Novo: A segregação social do caboclo**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, M. PASSADOR, R. **Etnoconhecimento: uma possibilidade de diálogo para o ensino**. Disponível em: <http://need.unemat.br/>. Acessado em: 22 mai. 2013.
- ROCHA, E. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROSENDAHL, Z. **Território e territorialidade - uma perspectiva geográfica para o estudo da religião**. 2005. Disponível em: <http://scribd.com>. Acessado em: 22 mar. 2012.
- SANTOS, E. G. **"Em cima da mula, debaixo de Deus, na frente do inferno": Os missionários franciscanos no sudoeste do Paraná (1903-1936)**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2005.
- SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: USP, 2009.
- SANTOS, S. C. **O homem índio sobrevivente do sul: antropologia visual**. Florianópolis: UFSC, 1978.
- SCHMIDT, M. A. **Histórias do cotidiano paranaense**. Curitiba: Letraviva, 1996.
- UFF. **Mata de araucárias**. Disponível em: <http://www.uff.br/>. Acessado em: 22 mar. 2012.
- VOLTOLINI, S. **Retorno 1: origens de Pato Branco**. Pato Branco: Imprepel, 2005.
- VORPAGEL, E. **A revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em 1957**. Disponível em: <http://educacao.pr.gov.br>. Acessado em: 22 mar. 2012.
- WACHOWICZ, R. C. **Paraná, Sudoeste: Ocupação, Colonização**. Curitiba: Litero-Técnica, 1985.

DEPOIMENTOS ORAIS

- Elza Rosa. Entrevista concedida no dia 07/01/2011.
- Maria da Rosa. Entrevista concedida no dia 08/01/2011.
- Josefina Bombonato. Entrevista concedida no dia 27/12/2010.
- Wilson Bombonato. Entrevista concedida no dia 27/12/2010.

IMAGENS

- O caboclo picando fumo retirado de: <http://www.quemundodoido.com.br> em 27/03/2011.
- Dona Elza e seu quartinho de orações. Acervo próprio.

Recebido em 01-04-2013 Aceito para publicação em 31-01-2014
--

1 A região Sudoeste do Paraná, catalogada na década de 1920, possui aproximadamente 17.103 quilômetros quadrados. Entre sua fauna estão as aves como: o jacu, o macuco, a jacutinga, o tiê-sangue, a araponga, o sanhaço, numerosos beija-flores, tucanos, saíras e gaturamos; répteis como: teiú, jiboia, jararaca e coral; e outras espécies ameaçadas de extinção como: a onça-pintada, a jaguatirica, o mono-carvoeiro, o macaco-prego, o guariba, o mico-leão-dourado, vários saguis, a preguiça-de-coleira, o caxinguelê e o tamanduá. Em sua flora se revelam nove variedades de araucárias, essa floresta também possui

- espécies vegetais de grande importância econômica, como a imbuia, a canela-lageana, o pinheiro-bravo e a canela-sassafrás. Neste bioma, encontra-se também o mate (erva-mate) que é muito explorado na região e utilizado para a preparação do chimarrão (UFF).
- 2 O processo colonial e a agricultura intensiva são grandes responsáveis pelo processo de desmatamento do Sudoeste do Paraná. A área original de ocorrência da araucária no Paraná representava 36,67% da sua área (ou 73 088,75 km²). Estimativas de 2009 indicavam que apenas 0,8% da mata de araucárias, mas talvez esse número já esteja desatualizado, pois o ritmo de desmatamento é alto (IPARDES, 2013).
 - 3 A História Oral apresenta-se como ferramenta metodológica fundamental para desvendar uma série de interpretações, disputas, silêncios e esquecimentos dos sujeitos históricos vivos em torno do episódio vivido - a memória é seletiva e possui caráter temporal ativo de presente (LAVERDI, 2010).
 - 4 O primeiro monge, João Maria de Agostinho, era de origem italiana, tendo sua presença registrada em São Paulo, no Rio Grande do Sul e na Vila do Príncipe (atual Lapa, PR). Esse monge sinalizou a necessidade das fontes de "águas curativas", de não se comer carne em dias santos e de viver uma vida de resguardo e penitência. O segundo monge, João Maria de Jesus, era argentino, peregrinou pelo planalto catarinense e pelos campos de Palmas entre 1890 e 1908, adotou várias práticas do monge anterior, diferente desse, entretanto, não tinha as melhores relações de amizade com o clero da Igreja Católica - sendo muitas vezes considerado pelos representantes dessa como um adversário. No contexto do Contestado apareceria anos depois José Maria, que também perambulou por Palmas. Esse monge sabia ler e escrever, anotava em seus cadernos as propriedades medicinais das plantas encontradas na região. Montou num rancho a famosa Farmácia do Povo, onde fazia o depósito de ervas medicinais e atendia os populares diariamente até horas tardias da noite. Acreditava que a República era a "lei do diabo" e fundou junto de outros moradores uma comunidade independente em Taquaruçu. Foi morto num conflito contra os militares em Irani, muitos acreditam em sua ressurreição até hoje (MACHADO, 2004).
 - 5 Não podemos deixar de considerar que essa memória em torno de João Maria é uma memória seletiva. Para Chagas (2003, p. 141): "Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo memorável. A ação política, por seu turno, invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente".
 - 6 Essas informações foram possíveis graças a uma entrevista realizada em 27/12/2011 com Wilson Bombonato e Josefina Bombonato, filhos de Carmelindo.